



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 9 – N° 07

Julho de 2008

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

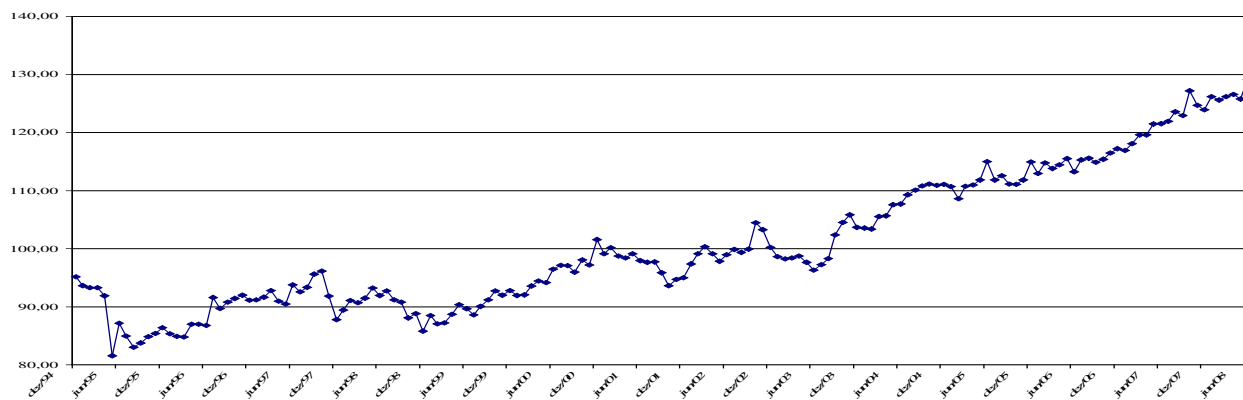
Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	-	8,3
2005	Dez	114,9	-	-	3,1
2006	Dez	117,3	-	-	2,8
2007	Jun	121,5	7,3	0,1	3,9
	Jul	121,9	5,7	0,3	4,2
	Ago	123,6	6,9	1,3	4,5
	Set	122,9	7,0	-0,5	4,8
	Out	127,2	10,2	3,5	5,3
	Nov	124,7	7,1	-1,9	5,5
	Dez	123,9	5,7	-0,6	6,0
2007	Jan	126,2	7,9	1,8	6,3
	Fev	125,6	6,4	-0,4	6,8
	Mar	126,2	5,5	0,5	6,6
	Abr	126,6	5,8	0,3	6,9
	Mai	125,8	3,6	-0,6	6,7
	Jun	129,2	6,3	2,7	6,7

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2007					
Jan	nd	nd	9,3	10,1	14,4
Fev	nd	nd	9,9	10,6	15,3
Mar	nd	nd	10,1	11,5	15,9
Abr	nd	nd	10,1	11,6	16,3
Mai	nd	nd	10,1	11,2	15,5
Jun	nd	nd	9,7	10,2	14,9
Jul	nd	nd	9,5	10,3	15,0
Ago	nd	nd	9,5	10,1	15,0
Set	nd	nd	9,0	9,4	15,1
Out	nd	nd	8,7	9,5	14,4
Nov	nd	nd	8,2	8,8	14,2
Dez	nd	nd	7,4	8,0	13,5
2008					
Jan	nd	nd	8,0	9,3	13,6
Fev	nd	nd	8,7	9,1	13,6
Mar	nd	nd	8,6	9,6	14,3
Abr	nd	nd	8,5	9,8	14,2
Mai	nd	nd	7,9	9,8	14,1
Jun	nd	nd	7,8	8,2	13,9

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em junho de 2008, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 7,8%, verificando-se queda de 0,1 pontos percentuais (p.p.) em relação a maio de 2008. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma queda de 1,9p.p.. Em São Paulo, verificou-se queda de 1,6p.p. entre os meses de maio (9,8%) e de junho (8,2%) de 2008. Quando comparado com junho de 2007, foi verificou-se queda de 2,0 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo sofreu queda de 0,2 p.p. entre os meses de maio (14,1%) e junho (13,9%) de 2008. A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 1,0 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

		Ocupados ²		Assalariados ³	
		Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴
1998	Mai	1.690	74,9	1.693	71,7
1999	Mai	1.579	69,9	1.603	67,9
2000	Mai	1.494	66,2	1.543	65,4
2001	Mai	1.369	60,7	1.455	61,6
2002	Mai	1.264	56,0	1.314	55,7
2003	Mai	1.139	50,5	1.218	51,6
2004	Mai	1.184	52,5	1.261	53,4
2005	Mai	1.146	50,8	1.239	52,5
2006	Mai	1.134	50,3	1.210	51,2
2007					
	Mai	1.197	53,0	1.272	53,9
	Jun	1.164	51,6	1.232	52,2
	Jul	1.147	50,8	1.212	51,3
	Ago	1.158	51,3	1.224	51,9
	Set	1.190	52,7	1.259	53,4
	Out	1.194	52,9	1.254	53,1
	Nov	1.187	52,6	1.246	52,8
	Dez	1.166	51,7	1.223	51,8
2008					
	Jan	1.162	51,5	1.216	51,5
	Fev	1.173	52,0	1.233	52,2
	Mar	1.218	54,0	1.290	54,7
	Abr	1.218	54,0	1.297	55,0
	Mai	1.222	54,1	1.301	55,1

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclusivo os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclusivo os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2007)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	69,2	11.323,2	4,2	83,8
1995	705,6	4,2	72,1	11.619,9	2,6	86,0
1996	844,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1997	939,1	3,4	76,2	11.903,0	1,8	88,1
1998	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1999	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
2000	1.179,5	4,3	79,7	11.906,2	2,8	88,1
2001	1.302,1	1,3	80,7	11.885,9	-0,2	87,9
2002	1.477,8	2,7	82,9	12.024,1	1,2	89,0
2003	1.699,9	1,1	83,8	11.985,7	-0,3	88,7
2004	1.941,5	5,7	88,6	12.489,4	4,2	92,4
2005	2.147,2	3,2	91,4	12.702,1	1,7	94,0
2006	2.332,9	3,8	94,9	12.996,5	2,3	96,1
2007	2.558,8	5,4	100,0	13.517,3	4,0	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007					2008					12 meses		
														Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		Jun	Jul
IGP-DI	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	1,4	1,2	0,8	1,1	1,5	1,0	0,4	0,7	1,1	1,9	1,9	1,1	14,8
IGP-M	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	1,0	1,3	1,1	0,7	1,8	1,1	0,5	0,7	0,7	1,6	2,0	1,8	15,1
IPC-DI	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	0,4	0,2	0,1	0,3	0,7	1,0	0,0	0,5	0,7	0,9	0,8	0,5	6,2
IPA-DI	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	2,0	1,6	1,0	1,5	1,9	1,1	0,5	0,8	1,3	2,2	2,3	1,3	18,9
IPA-OG-ag	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	6,2	5,3	2,7	4,3	4,3	1,6	-0,2	0,5	0,1	2,5	3,9	1,1	37,1
IPA-OG-in	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	0,6	0,4	0,4	0,4	1,0	0,9	0,8	0,9	1,8	2,1	1,7	1,3	13,1
INPC	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	0,6	0,3	0,3	0,4	1,0	0,7	0,5	0,5	0,6	1,0	0,9	0,6	7,6
IPCA	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	0,5	0,2	0,3	0,4	0,7	0,5	0,5	0,5	0,6	0,8	0,7	0,5	6,4
IPC-Fipe	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	0,1	0,2	0,1	0,5	0,8	0,5	0,2	0,3	0,5	1,2	1,0	0,5	6,0
ICV	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	0,4	0,3	0,3	0,3	1,1	0,9	0,0	0,5	0,4	0,9	1,0	0,9	7,0

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima se observa que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma queda na sua taxa de variação de 2,3%, em junho, para 1,3%, em julho. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de 1,1% em julho, apresentando queda de 0,8p.p. em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou queda na sua taxa de variação de 0,8%, em junho, para 0,5%, em julho.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) sofreu queda de 0,2 p.p., verificando taxa de 0,5% no mês de julho. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) sofreram queda de 0,3p.p. em relação ao mês anterior, com taxa de 0,6 em julho.

Em julho, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação taxa de 0,9%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	269,2	30,7	308,4	31,8	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	660,9	48,4	881,1	50,5	913,1	52,4	957,0	47,0	1.002,5	46,5	1.067,4	44,7	1.150,0	42,7	1.180,0	40,4
1.1 Governo federal e Bacen	128,4	14,7	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,8	816,7	30,3	833,3	28,5
1.2 Governos estaduais ²	93,3	10,7	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,3	324,1	12,0	336,0	11,5
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	2,0	49,2	1,8	52,5	1,8
1.4 Empresas Estatais	47,4	5,4	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	19,5	1,4	27,3	1,6	17,7	1,0	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-32,4	-1,4	-39,6	-1,5	-41,7	-1,4
2 Dívida interna líquida	237,6	27,1	269,8	27,9	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	530,0	38,8	654,3	37,5	726,7	41,7	818,1	40,2	952,2	44,1	1.130,9	47,4	1.393,1	51,7	1.442,4	49,4
2.1 Governo federal e Bacen	115,7	13,2	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,8	1.031,5	38,3	1.061,1	36,3
2.2 Governos estaduais ²	90,3	10,3	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,8	313,5	11,6	326,3	11,2
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,8	50,9	1,7
2.4 Empresas Estatais	31,5	3,6	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	5,0	0,4	19,4	1,1	10,5	0,6	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,4	-0,1	0,7	0,0	4,1	0,1
3. Dívida externa líquida	31,6	3,6	38,6	4,0	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	130,8	9,6	226,8	13,0	186,5	10,7	138,9	6,8	50,3	2,3	-63,5	-2,7	-242,8	-9,0	-262,4	-9,0
3.1 Governo federal e Bacen ³	12,7	1,5	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-2,0	-214,8	-8,0	-227,8	-7,8
3.2 Governos estaduais ²	3,0	0,3	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	9,7	0,3
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	1,6	0,1
3.4 Empresas Estatais	15,9	1,8	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	14,6	1,1	7,9	0,5	7,1	0,4	-4,8	-0,2	-11,6	-0,5	-31,0	-1,3	-40,3	-1,5	-45,9	-1,6

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou junho de 2008 em R\$ 1.180,0 bilhões, o que representou 40,4% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
1. Nominal ²	45,7	5,4	53,2	5,7	72,5	7,4	96,2	9,0	49,3	4,2	72,1	4,8	138,3	9,4	56,3	3,3	43,8	2,3	59,1	2,7	67,7	2,9	57,9	2,3	52,7	1,9
1.1 Governo federal e Bacen ³	19,9	2,4	22,9	2,4	49,4	5,1	66,2	6,2	34,5	2,9	44,5	3,4	86,7	5,9	39,4	2,3	23,7	1,2	68,7	3,2	72,3	3,1	59,6	2,3	32,0	1,2
1.2 Governos estaduais ⁵	21,1	2,5	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	27,6	1,0
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	5,5	0,2
1.4 Empresa/s Estatais	4,7	0,6	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,5	0,1	0,0	-10,1	-0,6	-13,9	-0,7	-15,1	-0,7	-21,2	-0,9	-14,4	-0,6	-12,4	-0,5
2 Juros nominais ²	45,0	5,3	44,9	4,8	72,6	7,4	127,2	12,0	87,4	7,4	105,6	8,1	190,7	12,9	122,5	7,2	124,9	6,4	152,6	7,1	157,8	6,8	159,5	6,3	168,7	6,2
2.1 Governo federal e Bacen ³	22,9	2,7	20,5	2,2	54,4	5,6	88,9	8,4	54,9	4,7	66,4	5,1	118,6	8,0	78,2	4,6	76,1	3,9	124,5	5,8	123,6	5,3	119,0	4,7	108,0	4,0
2.2 Governos estaduais ⁵	16,8	2,0	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	53,3	2,0
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,3	9,3	0,3
2.4 Empresas Estatais	5,3	0,6	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,5	0,3	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,1	1,4	0,1	-2,1	-0,1	-2,2	-0,1	-1,9	-0,1
3. Primário ⁴	0,7	0,1	8,3	0,9	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-52,4	-3,6	-66,2	-3,9	-81,1	-4,2	-93,5	-4,4	-90,1	-3,9	-101,6	-4,0	-116,0	-4,3
3.1 Governo federal e Bacen ³	-2,9	-0,3	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-76,0	-2,8
3.2 Governos estaduais ⁵	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-25,7	-1,0
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-3,9	-0,1
3.4 Empresas Estatais	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,8	-11,2	-0,6	-16,4	-0,8	-19,1	-0,8	-12,2	-0,5	-10,5	-0,4

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em junho, foi de R\$ 52,7 bilhões, o que representou 1,9% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR – Imposto Territorial Rural** – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal** – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM – Fundo de Participação dos Municípios** – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação – Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação** – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro – Imposto sobre Operações Financeiras Ouro** – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços** – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério** – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação** – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX – Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações** – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2008 até março - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	665.838	0	111.213	544	134	676	5.225	783.631
Alagoas	809.691	0	98.163	5.018	3.799	0	9.966	926.637
Amazonas	543.103	9	92.319	6.019	15.060	0	11.218	667.730
Amapá	664.086	66	124.674	2.428	717	0	4.206	796.177
Bahia	1.828.807	0	353.188	22.196	75.221	0	45.231	2.324.644
Ceará	1.428.000	10	175.400	9.727	9.428	0	24.491	1.647.056
Distrito Federal	134.335	0	39.460	6.449	848	0	13.249	194.341
Espírito Santo	291.949	0	59.960	25.461	48.206	0	15.094	440.670
Goiás	553.360	0	153.542	7.971	14.257	0	34.176	763.305
Maranhão	1.404.897	8	208.677	10.026	12.692	0	21.189	1.657.489
Minas Gerais	866.991	0	484.244	77.065	128.869	0	77.804	1.634.973
Mato Grosso do Sul	259.251	0	62.669	7.373	6.448	0	17.729	353.469
Mato Grosso	449.193	122	103.306	11.591	13.319	0	19.597	597.127
Pará	1.189.595	286	244.118	26.061	54.473	0	21.095	1.535.628
Paraíba	932.076	2	154.886	1.717	2.540	0	12.714	1.103.936
Pernambuco	1.343.004	0	246.193	8.872	7.151	0	23.841	1.629.061
Piauí	841.085	0	114.073	1.801	301	0	13.990	971.251
Paraná	561.165	3	267.886	60.214	105.300	0	47.427	1.041.994
Rio de Janeiro	297.340	37	96.370	35.027	155.047	0	35.997	619.818
Rio Grande do Norte	813.156	1	127.086	2.163	2.246	0	13.696	958.346
Rondônia	548.008	46	91.181	1.491	2.327	0	9.172	652.224
Roraima	482.825	8	95.354	228	51	0	4.760	583.226
Rio Grande do Sul	458.321	0	260.485	59.987	129.798	0	41.345	949.936
Santa Catarina	249.091	0	136.711	21.448	73.884	0	25.948	507.082
Sergipe	808.757	0	104.162	1.496	1.059	0	8.383	923.858
São Paulo	194.633	20	440.781	185.983	215.907	0	131.218	1.168.541
Tocantins	844.706	0	151.006	470	453	0	13.543	1.010.179
Total	19.463.262	619	4.597.108	598.826	1.079.535	676	702.304	26.442.330

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2008 até março - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	106.805	0	62.409	181	45	54	225	1.742	171.462
Alagoas	484.070	0	240.327	1.673	1.266	118	0	3.322	730.776
Amazonas	299.830	22	112.243	2.006	5.020	85	0	3.739	422.947
Amapá	78.293	154	42.891	809	239	25	0	1.402	123.814
Bahia	1.848.775	1	793.104	7.399	25.074	1.171	0	15.077	2.690.600
Ceará	1.063.240	23	557.142	3.242	3.143	171	0	8.164	1.635.125
Distrito Federal	33.623	0	0	0	283	407	0	0	34.313
Espírito Santo	351.251	0	106.479	8.487	16.069	228	0	5.031	487.544
Goiás	739.321	0	143.464	2.657	4.752	1.525	0	11.392	903.111
Maranhão	849.956	18	620.915	3.342	4.231	356	0	7.063	1.485.881
Minas Gerais	2.674.351	0	372.534	25.688	42.956	2.245	0	25.935	3.143.710
Mato Grosso do Sul	309.910	0	69.559	2.458	2.149	2.330	0	5.910	392.316
Mato Grosso	372.006	285	88.756	3.864	4.440	2.058	0	6.532	477.941
Pará	734.283	668	514.723	8.687	18.158	574	0	7.032	1.284.125
Paraíba	657.676	6	220.619	572	847	84	0	4.238	884.042
Pernambuco	1.024.561	0	357.577	2.957	2.384	232	0	7.947	1.395.657
Piauí	506.683	0	240.447	601	100	259	0	4.663	752.753
Paraná	1.383.347	6	218.378	20.071	35.100	2.069	0	15.809	1.674.781
Rio de Janeiro	602.603	87	162.542	11.676	51.682	326	0	11.999	840.915
Rio Grande do Norte	513.695	2	172.053	721	749	143	0	4.565	691.927
Rondônia	178.426	107	73.087	496	776	556	0	3.057	256.505
Roraima	78.249	18	30.670	76	17	84	0	1.587	110.701
Rio Grande do Sul	1.383.337	0	210.024	19.996	43.266	2.616	0	13.782	1.673.021
Santa Catarina	791.718	0	125.476	7.149	24.628	400	0	8.649	958.020
Sergipe	303.592	0	146.270	499	353	83	0	2.794	453.592
São Paulo	2.692.005	46	327.928	61.994	71.969	3.742	0	43.739	3.201.423
Tocantins	306.923	1	107.795	157	151	357	0	4.514	419.898
Total	20.368.531	1.444	6.117.411	197.459	359.845	22.300	225	229.685	27.296.900

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	228,6
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	349,7
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	519,5
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	700,8
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	873,3
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	932,5
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	1.056,4
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.140,2
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	1.030,7
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.086,7
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	1.056,5
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.220,3
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.353,2
2007				
Jun	1.354,7	0,0	1.354,7	1.543,9
Jul	1.379,9	0,0	1.379,9	1.566,8
Ago	1.392,7	0,0	1.392,7	1.559,7
Set	1.396,4	0,0	1.396,4	1.545,8
Out	1.409,9	0,0	1.409,9	1.549,1
Nov	1.413,7	0,0	1.413,7	1.537,1
Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.482,5
2008				
Jan	1.455,1	0,0	1.455,1	1.544,0
Fev	1.464,5	0,0	1.464,5	1.548,0
Mar	1.479,0	0,0	1.479,0	1.552,5
Abr	1.491,2	0,0	1.491,2	1.491,2
Mai	1.489,4	0,0	1.489,4	1.489,4
Jun	1.507,5	0,0	1.507,5	1.507,5

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ¹	2007 ¹				2008 ¹
									Mar	Jun	Set	Dez	Mar
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	152,3	147,5	145,5	152,6	154,3	162,6
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	76,3	76,3	73,3	71,8	70,3	69,5
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	76,0	71,2	72,2	80,8	84,1	93,1
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	20,3	34,6	45,9	42,8	39,2	39,0
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	20,3	34,1	45,9	42,8	39,2	39,0
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	172,6	182,1	191,4	195,3	193,6	201,6
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	76,3	76,8	73,3	71,8	70,3	69,5
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	96,3	105,3	118,1	123,6	123,3	132,1

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

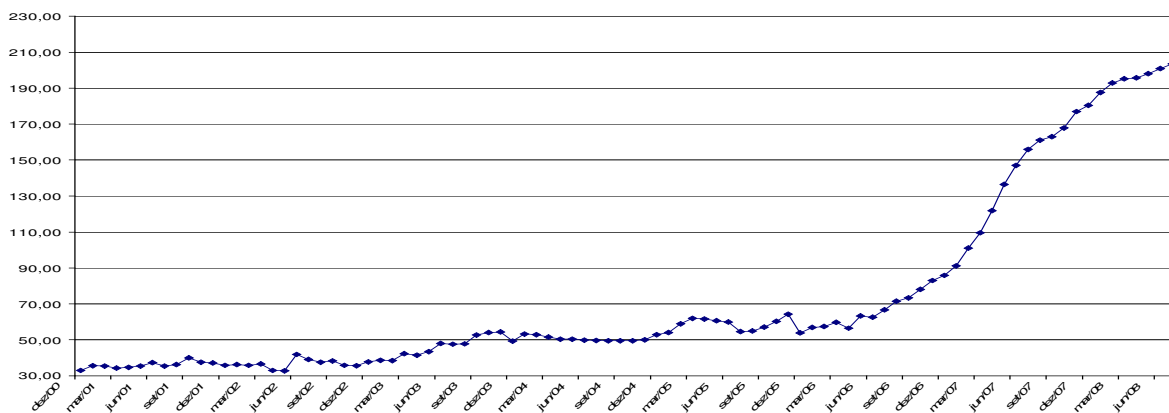
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005	Dez	53,8
2006	Dez	85,8
2007		
	Ago	161,1
	Set	163,0
	Out	167,9
	Nov	177,1
	Dez	180,3
2008		
	Jan	187,5
	Fev	192,9
	Mar	195,2
	Abr	195,8
	Mai	197,9
	Jun	200,8
	Jul	203,6

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007		
Jan	2,12	2,76
Fev	2,12	2,80
Mar	2,05	2,74
Abr	2,03	2,78
Mai	1,93	2,60
Jun	1,93	2,61
Jul	1,88	2,57
Ago	1,96	2,68
Set	1,84	2,62
Out	1,74	2,52
Nov	1,78	2,62
Dez	1,77	2,61
2008		
Jan	1,76	2,62
Fev	1,68	2,56
Mar	1,75	2,76
Abr	1,69	2,64
Mai	1,63	2,54
Jun	1,59	2,51
Jul	1,57	2,44

Fonte: Bacen.

¹ – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em julho de 2008 sua cotação em R\$ 1,57. Com isso, verificou-se uma queda de 1,6% em relação ao mês anterior.

Comparando julho de 2008 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 16,6%.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,5	16.403,7	1,9	17.318,2	2,0
2007						
Jan – Dez	1.460,6	0,2	17.086,1	1,9	23.599,7	2,7
Jan	-369,5	-0,4	1.800,3	1,8	1.468,7	1,5
Fev	376,0	0,4	1.375,9	1,4	1.051,5	1,1
Mar	234,9	0,2	1.184,0	1,1	1.834,6	1,7
Abr	1.806,0	1,7	1.312,5	1,2	1.314,1	1,2
Mai	-150,6	-0,1	1.100,6	1,0	3.294,2	3,0
Jun	541,0	0,5	1.460,5	1,3	1.843,9	1,7
Jul	-823,1	-0,7	1.904,1	1,7	2.130,7	1,9
Ago	1.291,3	1,1	1.135,2	1,0	1.411,0	1,2
Set	410,7	0,4	1.428,0	1,3	1.739,8	1,6
Out	-152,5	-0,1	1.363,9	1,2	2.212,3	1,9
Nov	-1.305,1	-1,1	1.213,7	1,0	2.161,9	1,9
Dez	-398,5	-0,4	1.807,4	1,6	3.137,0	2,8
2008						
Jan – Mai	-17.401,6	-2,0	8.502,8	1,0	19.575,6	2,2
Jan	-4.229,3	-3,8	2.241,9	2,0	3.049,8	2,7
Fev	-2.087,7	-1,9	1.443,2	1,3	1.307,1	1,2
Mar	-4.429,6	-3,9	1.114,5	1,0	4.435,9	3,9
Abr	-3.368,3	-2,9	1.285,6	1,1	3.752,7	3,2
Mai	-690,9	-0,6	1.037,6	0,9	3.266,4	2,7
Jun	-2.595,8	-2,2	1.380,0	1,2	3.763,7	3,2

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a junho de 2008 alcançou R\$ 8,5 bilhões, ou seja, 2,9% a mais que no mesmo período de 2007. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$19,6 bilhões até junho 2008, contra R\$ 10,8 bilhões no mesmo período de 2007, ou seja, um salto de 81,1%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007								
Jan	11,0	139,5	300,0	8,5	93,4	186,8	2,5	46,1
Fev	10,1	140,9	302,9	7,2	94,6	189,4	2,9	46,2
Mar	12,9	142,4	306,1	9,6	96,5	193,1	3,3	45,8
Abr	12,4	145,0	311,7	8,3	98,0	196,2	4,2	46,9
Mai	13,6	148,3	318,9	9,8	100,5	201,2	3,9	47,8
Jun	13,1	150,0	322,5	9,3	102,5	205,0	3,8	47,5
Jul	14,1	150,4	323,5	10,8	105,2	210,6	3,3	45,2
Ago	15,1	151,9	326,5	11,6	107,7	215,5	3,5	44,2
Set	14,2	153,5	330,0	10,7	110,3	220,7	3,5	43,2
Out	15,8	156,5	336,6	12,3	113,9	227,9	3,4	42,7
Nov	14,1	158,7	341,2	12,0	117,2	234,6	2,0	41,4
Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Jan	13,3	162,9	350,4	12,3	124,5	249,1	0,9	38,4
Fev	12,8	165,6	356,1	11,9	129,2	258,5	0,9	36,4
Mar	12,6	165,3	355,5	11,6	131,2	262,6	1,0	34,1
Abr	14,1	166,9	359,0	12,3	135,3	270,7	1,7	31,7
Mai	19,3	172,6	371,1	15,2	140,7	281,6	4,1	31,9
Jun	18,6	178,1	382,9	15,9	147,3	294,7	2,7	30,8
Jul	20,5	184,4	396,5	17,1	153,7	307,5	3,3	30,8

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em julho de 2008, totalizaram US\$ 20,5 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 44,9%.

As importações somaram US\$ 17,1 bilhões, em julho. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 59,1%.

O saldo de julho no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 3,3 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 162 bilhões desde o início do ano de 2008.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
2006	15,1	10,9	15,3	nd
2007	11,9	3,7	12,0	nd
Ago	1,0	-0,4	11,4	11,50
Set	0,8	-0,4	11,2	11,25
Out	0,9	0,2	11,2	11,25
Nov	0,8	-0,2	11,2	11,25
Dez	0,8	-0,6	11,2	11,25
2008				
Jan	0,9	-0,1	11,2	11,25
Fev	0,6	0,3	11,2	11,25
Mar	0,8	0,1	11,2	11,25
Abr	0,9	-0,2	11,4	11,75
Mai	0,9	-1,0	11,6	11,75
Jun	1,0	-0,9	12,1	12,25
Jul	1,1	0,0	12,4	13,00

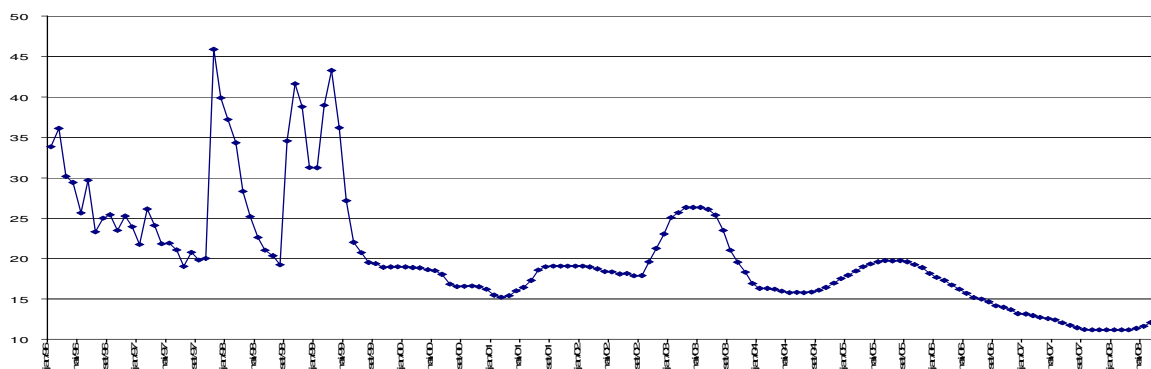
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	46,2	13,5	28,0	
2005	43,2	13,8	28,4	
2006	41,3	13,9	28,5	
2007	36,3	12,8	25,3	
	Jun	37,1	12,6	25,8
	Jul	36,3	12,1	25,1
	Ago	35,3	12,4	24,7
	Set	34,9	12,6	24,6
	Out	34,5	12,7	24,5
	Nov	33,3	12,3	23,5
	Dez	31,9	11,9	22,3
2008				
	Jan	36,6	13,7	25,7
	Fev	36,9	14,1	26,0
	Mar	35,2	14,7	25,5
	Abr	34,7	14,4	25,0
	Mai	33,5	14,5	24,5
	Jun	34,7	13,9	24,6

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	298,7	479,5	19,2	498,7	24,5
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007						
Jan	237,2	483,3	720,5	18,8	738,5	30,7
Fev	237,2	492,5	729,8	18,8	748,5	30,9
Mar	238,0	500,9	738,9	18,5	757,5	31,1
Abr	239,7	518,6	758,3	19,0	777,3	31,6
Mai	240,2	530,1	770,3	18,7	788,9	31,9
Jun	242,5	538,8	781,3	18,6	799,9	32,0
Jul	245,2	554,4	799,6	18,3	817,9	32,4
Ago	251,5	572,3	823,8	18,5	842,3	32,8
Set	255,0	583,9	838,9	18,4	857,3	33,0
Out	262,2	601,1	863,3	18,3	881,6	33,6
Nov	269,0	623,1	892,1	18,6	910,7	34,2
Dez	275,2	642,0	917,1	18,8	936,0	34,7
2008						
Jan	277,6	648,5	926,1	18,8	945,0	34,7
Fev	279,4	661,3	940,7	18,8	959,5	35,0
Mar	287,6	686,0	973,7	19,4	993,1	35,9
Abr	292,9	705,8	998,6	19,5	1.018,1	36,1
Mai	298,9	726,4	1.025,3	19,6	1.044,9	36,3
Jun	303,9	744,1	1.048,0	19,3	1.067,4	36,5
Jul	277,6	648,5	926,1	18,8	945,0	34,7

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.